

## COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS

## Termo de Referência 43/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2025	788100-COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS	FELIPE NUNES VIEIRA	16/04/2026 11:09 (v 1.10)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		63158.000974/2025-86

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e de saneamento básico com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas instalações das Organizações Militares Apoiadas subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Obs: Note-se que os itens de 10 a 18 correspondem aos mesmos serviços elencados nos itens de 1 a 9, porém dedicam-se exclusivamente a Capitania Fluvial de Tabatinga. Os itens 19 a 24 correspondem aos mesmos serviços elencados nos itens de 1 a 9, porém dedicam-se exclusivamente a Capitania Fluvial de Porto Velho, e os itens 26 a 41 referem-se à "reserva de cota para ME/EPP".

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	QUANT. TOTAL	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	1.156.116,00	R\$ 1,0600	R\$ 1.225.482,9600
	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes,					

2	ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	797.124,00	R\$ 1,7800	R\$ 1.418.880,7200
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	1.148.916,00	R\$ 1,0600	R\$ 1.217.850,9600
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	335.216,00	R\$ 1,0600	R\$ 355.328,9600
5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	13.508,00	R\$ 56,6300	R\$ 764.958,0400
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	2.328,00	R\$ 21,2500	R\$ 49.470,0000
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	14.482,00	R\$ 56,6300	R\$ 820.115,6600
8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	2.274,00	R\$ 56,6300	R\$ 128.776,6200

9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	2.490,00	R\$ 56,6300	R\$ 141.008,7000
10	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	553.200,00	R\$ 1,0000	R\$ 553.200,0000
11	Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestante.	3417	m²	594.000,00	R\$ 1,7800	R\$ 1.057.320,0000
12	Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	555.000,00	R\$ 1,0600	R\$ 588.300,0000
13	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	555.000,00	R\$ 1,0100	R\$ 560.550,0000
14	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	1.800,00	R\$ 56,6300	R\$ 101.934,0000

15	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	2.400,00	R\$ 18,0000	R\$ 43.200,0000
16	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	1.800,00	R\$ 56,6300	R\$ 101.934,0000
17	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	1.800,00	R\$ 56,6300	R\$ 101.934,0000
18	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	1.800,00	R\$ 57,6100	R\$ 103.698,0000
19	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	33.062,88	R\$ 1,0600	R\$ 35.046,6528
20	Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	12.530,88	R\$ 1,2800	R\$ 16.039,5264
21	Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas	3417	m²	33.062,88	R\$ 1,0000	R\$ 33.062,8800

	Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.					
22	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	33.062,88	R\$ 1,0000	R\$ 33.062,8800
23	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	36,00	R\$ 18,6600	R\$ 671,7600
24	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056.	16527	m³	660,00	R\$ 56,6300	R\$ 37.375,8000
25	Controle integrado de Pragas urbanas e vetores – Prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de todos os materiais, mão de obra especializadas e suporte técnico, conforme as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser executado no Paiol de Farmácia. A empresa contratada deverá utilizar os produtos e métodos adequados a cada ambiente, respeitando as características e necessidades específicas de áreas sensíveis. No paiol de farmácia, é obrigatório o uso de formulações em gel, sem solventes voláteis ou odores fortes, evitando o uso de produtos líquidos, que possam contaminar ou comprometer a estabilidade dos medicamentos armazenados. Deverá ser apresentado um plano de aplicação detalhado, que deverá ser aprovado previamente pela fiscalização, contendo a lista dos produtos a serem utilizados (com cópia das fichas de segurança – FISPQ – e o registro dos produtos na ANVISA). O serviço deverá seguir as boas práticas Operacionais, garantindo a segurança e a qualidade do trabalho, além de reduzir o risco de saúde das pessoas, dos animais e ao meio ambiente. A execução incluirá uma aplicação inicial (em duas etapas) e manutenções mensais de reforço durante 12 (doze) meses. Cada aplicação deverá ter garantia mínima de 6 (seis) meses, que deverá ser comprovada por meio de visita técnica e relatório assinado pelo responsável técnico. Serviço a ser realizado na Policlínica Naval de Manaus – AM.	3417	m²	384,00	R\$ 1,0000	R\$ 384,0000

26	Idem ao item 01 – reserva para ME/EPP Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	75.000,00	R\$ 1,0600	R\$ 79.500,00
27	Idem ao item 02 – reserva para ME/EPP Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	43.200,00	R\$ 1,78	R\$ 76.896,00
28	Idem ao item 03 – reserva para ME/EPP Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	75.000,00	R\$ 1,0600	R\$ 79.500,00
29	Idem ao item 04 – reserva para ME/EPP Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	75.000,00	R\$ 1,0600	R\$ 79.500,00
30	Idem ao item 5 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	1.320,00	R\$ 56,63	R\$ 74.751,60

31	Idem ao item 7 – reservado para ME/EPP Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	1.320,00	R\$ 56,63	R\$ 74.751,60
32	Idem ao item 8 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	600,00	R\$ 56,63	R\$ 33.978,00
33	Idem ao item 9 – reservado pra ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	840,00	R\$ 56,63	R\$ 47.569,20
34	Idem ao item 10 – reservado para ME/EPP Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	76.800,00	R\$ 1,00	R\$ 76.800,00
35	Idem ao item 11 – reservado para ME/EPP Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestante.	3417	m²	36.000,00	R\$ 1,78	R\$ 64.080,00
36	Idem ao item 12 – reservado para ME/EPP Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	75.000,00	R\$ 1,06	R\$ 79.500,00
	Idem ao item 13 – reservado para ME/EPP Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de					

37	Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	75.000,00	R\$ 1,01	R\$ 75.750,00
38	Idem ao item 14 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	600,00	R\$ 56,63	R\$ 33.978,00
39	Idem ao item 16 – reservado para ME/EPP Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	600,00	R\$ 56,63	R\$ 33.978,00
40	Idem ao item 17 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	600,00	R\$ 56,63	R\$ 33.978,00
41	Idem ao item 18 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	600,00	R\$ 57,61	R\$ 34.566,00
				<b>Valor total</b>		<b>R\$ 10.468.662,52</b>

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

### Órgão gerenciador: Centro de Intendência da Marinha em Manaus

Centro de Intendência da Marinha em Manaus – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4680							



ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	11000	12	39.600,00	66.000,00	132.000,00
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	11000	12	39.600,00	66.000,00	132.000,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	11000	12	39.600,00	66.000,00	132.000,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	3000	12	10.800,00	18.000,00	36.000,00

5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	24	12	86,40	144,00	288,00
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	1	12	3,60	6,00	12,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	1	12	3,60	6,00	12,00
8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	2	12	7,20	12,00	24,00
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	24	12	86,40	144,00	288,00

Órgãos participantes:

1) Comando do 9º Distrito Naval

Comando do 9º Distrito Naval – Rua Bernardo Ramos – s/nº - Centro – 69005-310 – Manaus-AM Telefone: (092) 2123-2200 / 98802-0684								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do	3417	m²	148.800,00	1	44.640,00	74.400,00	148.800,00

	aplicador de produtos saneantes desinfestantes.							
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	148.800,00	1	44.640,00	74.400,00	148.800,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	148.800,00	1	44.640,00	74.400,00	148.800,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	72.200,00	1	21.660,00	36.100,00	72.200,00
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	600,00	1	180,00	300,00	600,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	50,00	1	15,00	25,00	50,00

8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	50,00	1	15,00	25,00	50,00
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	50,00	1	15,00	25,00	50,00
29	Idem ao item 04 – reserva para ME/EPP Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3418	m²	75.000,00	1	22.500,00	37.500,00	75.000,00
Obs: O quantitativo informado pelo Comando do 9º Distrito Naval já considerou os 12 meses.								

## 2) Comando da Flotilha do Amazonas

Comando da Flotilha do Amazonas – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM Telefone: (092) 2123-4600								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	21362	12	76.903,20	128.172,00	256.344,00
	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão							

2	Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	3030	12	10.908,00	18.180,00	36.360,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	27612	12	99.403,20	165.672,00	331.344,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	1000	12	3.600,00	6.000,00	12.000,00
5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	890	12	3.204,00	5.340,00	10.680,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	890	12	3.204,00	5.340,00	10.680,00
	Idem ao item 01 – reserva para ME/EPP Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais							

26	vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	6250	12	22.500,00	37.500,00	75.000,00
30	Idem ao item 5 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	3417	m³	110	12	396,00	660,00	1.320,00
31	Idem ao item 7 – reservado para ME/EPP Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	110	12	396,00	660,00	1.320,00

### 3) Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental

Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - Rua Frei José dos Inocentes, 36 - Centro - 69005-030 - Manaus - AM Telefone: (092) 2123-4900								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	20.800,00	12	74.880,00	124.800,00	249.600,00
	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as							

2	normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	17.200,00	12	61.920,00	103.200,00	206.400,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	14.550,00	12	52.380,00	87.300,00	174.600,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	2.000,00	12	7.200,00	12.000,00	24.000,00
5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	120,00	12	432,00	720,00	1.440,00
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	75,00	12	270,00	450,00	900,00
	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para							

7	retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	200,00	12	720,00	1.200,00	2.400,00
8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	100,00	12	270,00	450,00	900,00
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	65,00	12	234,00	390,00	780,00
27	Idem ao item 02 – reserva para ME/EPP Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	3.600,00	12	12.960,00	21.600,00	43.200,00
28	Idem ao item 03 – reserva para ME/EPP Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	6250	12	22.500,00	37.500,00	75.000,00
32	Idem ao item 8 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	25	12	90,00	150,00	300,00
33	Idem ao item 9 – reservado pra ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	35	12	126,00	210,00	420,00

#### 4) Batalhão de Operações Ribeirinhas

--	--	--	--	--	--	--	--	--



ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	54000	1	16.200,00	27.000,00	54.000,00
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	54000	1	16.200,00	27.000,00	54.000,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	54000	1	16.200,00	27.000,00	54.000,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do	3417	m²	54000	1	16.200,00	27.000,00	54.000,00

	aplicador de produtos saneantes desinfestantes							
5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	500	1	150,00	250,00	500,00
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	600	1	180,00	300,00	600,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	500	1	150,00	250,00	500,00
8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	700	1	210,00	350,00	700,00
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	580	1	174,00	290,00	580,00
32	Idem ao item 8 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	300	1	90,00	150,00	300,00
33	Idem ao item 9 – reservado pra ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	420	1	126,00	210,00	420,00
Obs: O quantitativo informado pelo 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas já considerou os 12 meses.								

## 5) Centro de Hidrografia e Navegação do Noroeste

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	8400	12	30.240,00	50.400,00	100.800,00
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	6700	12	24.120,00	40.200,00	80.400,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	7800	12	28.080,00	46.800,00	93.600,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço	3417	m²	5600	12	20.160,00	33.600,00	67.200,00

	prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes							
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	16	12	57,60	96,00	192,00

## 6) Estação Naval do Rio Negro

Estação Naval do Rio Negro - Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	5.041,00	12	18.147,60	30.246,00	60.492,00
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	2.590,00	12	9.324,00	15.540,00	31.080,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao	3417	m²	5.041,00	12	18.147,60	30.246,00	60.492,00

	meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes							
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	433,00	12	1.558,80	2.598,00	5.196,00

## 7) Policlínica Naval de Manaus

Policlínica Naval de Manaus – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM Telefone: (092) 2123-4666 / 98802-1174								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	10.285,00	12	37.026,00	61.710,00	123.420,00
2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	6.452,00	12	23.227,20	38.712,00	77.424,00
	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas							

3	técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	10.285,00	12	37.026,00	61.710,00	123.420,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	2.830,00	12	10.188,00	16.980,00	33.960,00
5	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Participante ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR).	16527	m³	50,00	12	180,00	300,00	600,00
6	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	18,00	12	64,80	108,00	216,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	50,00	12	180,00	300,00	600,00
8	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	50,00	12	180,00	300,00	600,00
9	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra.	16527	m³	50,00	12	180,00	300,00	600,00

25	<p>Controle integrado de Pragas urbanas e vetores – Prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de todos os materiais, mão de obra especializadas e suporte técnico, conforme as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser executado no Paiol de Farmácia. A empresa contratada deverá utilizar os produtos e métodos adequados a cada ambiente, respeitando as características e necessidades específicas de áreas sensíveis. No paiol de farmácia, é obrigatório o uso de formulações em gel, sem solventes voláteis ou odores fortes, evitando o uso de produtos líquidos, que possam contaminar ou comprometer a estabilidade dos medicamentos armazenados. Deverá ser apresentado um plano de aplicação detalhado, que deverá ser aprovado previamente pela fiscalização, contendo a lista dos produtos a serem utilizados (com cópia das fichas de segurança – FISPQ – e o registro dos produtos na ANVISA). O serviço deverá seguir as boas práticas Operacionais, garantindo a segurança e a qualidade do trabalho, além de reduzir o risco de saúde das pessoas, dos animais e ao meio ambiente. A execução incluirá uma aplicação inicial (em duas etapas) e manutenções mensais de reforço durante 12 (doze) meses. Cada aplicação deverá ter garantia mínima de 6 (seis) meses, que deverá ser comprovada por meio de visita técnica e relatório assinado pelo responsável técnico. Serviço a ser realizado na Policlínica Naval de Manaus – AM.</p>	3417	m²	32	12	115,20	192,00	384,00
----	---	------	----	----	----	--------	--------	--------

## 8) 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste HU-91

1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4590 / 98842-2690								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL
1	<p>Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.</p>	3417	m²	30.660,00	1	9.198,00	15.330,00	30.660,00

2	Controle de Cupins – prestação de serviços de descupinização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	30.660,00	1	9.198,00	15.330,00	30.660,00
3	Controle de Roedores – prestação de serviços de desratização, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	30.660,00	1	9.198,00	15.330,00	30.660,00
4	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas e vetores, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, em local a ser definido (dependências do Órgão Gerenciador e Participantes, ou Próprios Nacionais Residenciais – PNR). Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes	3417	m²	30.660,00	1	9.198,00	15.330,00	30.660,00
7	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação.	16527	m³	240,00	1	72,00	120,00	240,00
Obs: O quantitativo informado pelo 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste já considerou os 12 meses.								

9) Capitania Fluvial de Tabatinga

Capitania Fluvial de Tabatinga – 88330 – Rua Duarte Coelho, 143 – Portobrás – 69640-000 – Tabatinga-AM. Telefone: (097) 3412-2303								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QNT MIN	QNT MAX	QNT TOTAL



10	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	46.100,00	12	165.960,00	276.600,00	553.200,00
11	Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestante.	3417	m²	49.500,00	12	178.200,00	297.000,00	594.000,00
12	Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	46.250,00	12	166.500,00	277.500,00	555.000,00
13	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	46.250,00	12	166.500,00	277.500,00	555.000,00
	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com							

14	lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	150,00	12	540,00	900,00	1.800,00
15	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	200,00	12	720,00	1.200,00	2.400,00
16	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	150,00	12	540,00	900,00	1.800,00
17	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	150,00	12	540,00	900,00	1.800,00
18	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	150,00	12	540,00	900,00	1.800,00
34	Idem ao item 10 – reservado para ME/EPP Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	6400,00	12	23.040,00	38.400,00	76.800,00

35	Idem ao item 11 – reservado para ME/EPP Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestante.	3417	m²	3000	12	10.800,00	18.000,00	36.000,00
36	Idem ao item 12 – reservado para ME/EPP Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	6250	12	22.500,00	37.500,00	75.000,00
37	Idem ao item 13 – reservado para ME/EPP Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	6250	12	22.500,00	37.500,00	75.000,00
38	Idem ao item 14 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviço de desentupimento de tubulações de esgoto com lavagem de alta pressão e destinação dos resíduos, com fornecimento de material de mão de obra, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m²	50	12	180,00	300,00	600,00
	Idem ao item 16 – reservado para ME/EPP Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as							

39	Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m²	50	12	180,00	300,00	600,00
40	Idem ao item 17 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de gordura, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	50	12	180,00	300,00	600,00
41	Idem ao item 18 – reservado para ME/EPP Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza de caixa de passagem de esgoto, com fornecimento de material e mão de obra a ser realizado na Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) localizadas na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobras – 69640-000, Tabatinga-AM.	16527	m³	50	12	180,00	300,00	600,00

## 10) Capitania Fluvial de Porto Velho

Capitania Fluvial de Porto Velho – 88330 – Rua Henrique Dias 395 - Centro – 78900-130 – Porto Velho – RO. Telefone: (69) 3224-6141								
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	SUBSÍDIOS DAS OM	MESES	QUANT MIN	QUANT MAX	QUANT TOTAL
19	Controle de Insetos – prestação de serviços de controle de pragas urbanas com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impactos ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	2755,24	12	9.918,86	16.531,44	33.062,88
20	Controle de Cupins – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado,	3417	m²	1044,24	12	3.759,26	6.265,44	12.530,88

	minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.							
21	Controle de Roedores – prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestante.	3417	m²	2755,24	12	9.918,86	16.531,44	33.062,88
22	Controle de Pombos e Morcegos – prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigente, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Visando o cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado, minimizar os impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.	3417	m²	2755,24	12	9.918,86	16.531,44	33.062,88
23	Limpeza e Conservação (outras necessidades) – prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água ou cisterna, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056. Com fornecimento de material e mão de obra.	13595	m³	3	12	10,80	18,00	36,00
24	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo – prestação de serviço de drenagem, por sucção a vácuo de fossa asséptica, para retirada de água e lodo, de acordo com as Normas Técnicas e Ambientais vigentes com emissão de certificado de destinação, a ser realizado na Capitania Fluvial de Porto Velho, R. Henrique Dias, 395 - Centro, Porto Velho - RO, 76801-056.	16527	m³	55	12	198,00	330,00	660,00

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de doze meses (12) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os itens de 10 a 18 são necessidade apresentadas pela Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) e deverão ser executadas nas suas dependências, localizada na Rua Duarte Coelho, 143 - Portobrás - CEP-69640-000 - Tabatinga - AM. Telefone (97) 3412-2303, e-mail: cft.secom@marinha.mil.br.

1.7. Os itens de 19 a 24 são necessidades apresentadas pela Capitania Fluvial de Porto Velho (CFPV) e deverão ser executadas nas suas dependências, Rua Henrique Dias, 395 - Centro, CEP-78900-130 - Porto Velho - RO. Telefone: (69) 3223-2016, e-mail: cfpv.secom@marinha.mil.br.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) e no Calendário de Licitações do Comando do 9º Distrito Naval.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6, do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. A Contratada deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ambientais;

4.3. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

4.4. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

4.4.1. Esta exigência aplica-se apenas aos serviços que envolvem o uso de agrotóxicos. Para os serviços de controle de pragas urbanas, que utilizam produtos saneantes domissanitários registrados na ANVISA, essa exigência não se aplica. Os produtos saneantes domissanitários são aqueles definidos no art. 3º, inciso XI da RDC 622 de 2022, como produtos destinados à desinfestação de ambientes urbanos, registrados na ANVISA.

4.5. A contratada deverá apresentar declaração que cumpre, sem nenhum custo adicional para a MARINHA DO BRASIL, com o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, da CLTI, no que couber, aplicando os critérios de sustentabilidade ambiental, observando a destinação final dos resíduos. Na falta de tal declaração será considerada aceita a condição desta alínea;

4.6. A contratada deverá observar as diretrizes de sustentabilidade ambiental, de acordo com a Lei nº 12.187/2019, Decreto 7.404/2010.

4.7. Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

4.8. Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

4.9. O pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificação em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o documento comprobatório do registro de agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

4.10. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

### **Subcontratação**

4.11. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 19% (dezenove por cento) do valor total do objeto. A subcontratação é permitida APENAS para aqueles itens destinados Capitania Fluvial de Tabatinga, localizada na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobrás – 69640-000 – Tabatinga – AM, haja vista sua localização ser muito afastada das demais organizações Militares (todas situadas na área de Manaus-AM), tal fato pode contribuir para que a empresa que ganhe tais itens incorra em dificuldades logísticas para realizar(em) os serviços naquela cidade longínqua, fato que justifica a subcontratação. Portanto, os únicos itens que permitem subcontratação são os do item 10 a 18.

4.11.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.12. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.13. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades de subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.14. A(s) Licitante(s) vencedora(s) dos itens 10 a 18 deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, caso não tenha (m) capacidade logística para prestar tais serviços naquela região.

4.14.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

4.14.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015:

4.14.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.14.4. A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação 4.14.5. A exigência da subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

4.14.5.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.14.5.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o disposto no art. xx da Lei 14.133/2021.

4.14.5.3. Consórcio composto parcialmente por microempresa ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

4.14.6.. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços de acessórios.

4.14.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratados.

4.14.8. São vedadas:

4.14.8.1. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

4.14.8.2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

#### **4.15. Requisitos necessários para atendimento das necessidades**

4.15.1. Requisitos necessários para atendimento das necessidades;

4.15.2. A empresa especializada para ser contratada deverá estar devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente;

4.15.3. A empresa especializada instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental regional, estadual ou distrital a que o município pertença;

4.15.4. A empresa contratada somente poderá utilizar os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

4.15.5. A empresa contratada deverá ter um responsável técnico, profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, possuir treinamento específico na área, atualizado e devidamente habilitado.

4.15.5.1. O responsável técnico é o responsável pela execução dos serviços, treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneantes desinfetantes e equipamentos; pela orientação da forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes a sua função; e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao meio ambiente.



4.15.6. As instalações da empresa especializadas são de uso exclusivo, sendo vedada a instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, e em áreas adjacentes a residências ou locais de alimentação, creches, escolas e hospitais, atendendo às legislações relativas à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano.

4.15.7. As instalações operacionais devem dispor de áreas específicas e adequadas para armazenamento, diluição ou outras manipulações autorizadas para saneantes desinfetantes e vestiário para os aplicadores, com chuveiro e local para higienização dos EPI; e

4.15.8. A licença sanitária deverá ser afixada em local visível ao público;

4.15.8.1. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfetantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente;

4.15.8.2. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfetantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade dos serviços contratados e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos;

4.15.8.3. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações;

4.15.8.4. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

4.15.8.5. A contratada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

4.15.8.5.1. Nome do cliente;

4.15.8.5.2. Endereço do imóvel;

4.15.8.5.3. Praga(s) alvo;

4.15.8.5.4. Data de execução dos serviços;

4.15.8.5.5. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

4.15.8.5.6. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

4.15.8.5.7. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

4.15.8.5.8. Orientações pertinentes ao serviço executado;

4.15.8.5.9. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

4.15.8.5.10. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

4.15.8.5.11. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade;

4.15.8.6. Toda e qualquer nota fiscal referente a prestação de serviços só terá validade se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da prestação dos serviços contratados;

4.15.8.7. A empresa especializada arcará com os custos para o transporte do pessoal, material, equipamentos e demais suprimentos necessários, por ocasião dos deslocamentos para execução dos

serviços nas OMAp localizadas em cidades no interior da Amazônia Ocidental, nos endereços especificados no subitem 4.5. dos Estudos Preliminares.

4.15.9. Os serviços a serem contratados classificam-se como serviços não contínuos para controle de vetores e pragas urbanas e de saneamento básico, por período predeterminado, admitindo-se a prorrogação do prazo de execução desde que justificadamente e observadas as hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.15.10. Devem ser observados o item 6 deste Termo de Referência e as demais diretrizes citadas nos Estudos Técnicos Preliminares quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com o **art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021**;

4.15.11. O período de duração para a prestação dos serviços pela empresa especializada não ultrapassará **12 (doze) meses** após a assinatura do contrato ou da nota de empenho, com exceção das situações e hipóteses de prorrogação previstas no **art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.15.12. A respeito dos itens de controle de pragas e vetores é necessário que a empresa apresente: certificado do IBAMA, certidão de registro de quitação na validade (da empresa e do seu responsável técnico, em conselho de classe competente) conforme a RDC Nº 622/2022 da ANVISA. Além disso, deve apresentar Certificados de treinamento de todos os membros da equipe técnica e Atestado de Capacidade acompanhado da CAT – Certidão de Acervo Técnico;

4.15.13. Quanto aos itens de saneamento básico, exige-se, além da licença ambiental, o Certificado de Regularidade do IBAMA.

4.15.14. **Os documentos e requisitos mencionados nos itens 4.15.12 e 4.15.13 deverão ser apresentados pela licitante vencedora obrigatoriamente na fase de execução contratual, como condição para o início dos serviços, visando garantir a ampla competitividade do certame e a regularidade operacional da contratada.**

4.16. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato; e

4.17. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

### **Alteração subjetiva**

4.18. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; seja mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

### **Garantia da contratação**

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.19.1.. A administração avaliou que o objeto ora contratado não é complexo, é um serviço comum e optou pela não exigência da garantia contratual uma vez que aumentaria o valor contratado.

### **Vistoria**

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. A vistoria deverá ser agendada por meio de telefone da unidade demandante detalhada nas tabelas do subitem 4.6 dos Estudos Técnicos preliminares.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.22.2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.22.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.23. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A contratada deve estar apta para a execução do objeto em até 10 dias úteis após emissão das respectivas notas de empenho.

5.1.2. As estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes e das OMAp subordinadas ao Com9ºDN, encontram-se detalhadas no Anexo I dos Estudos Técnicos Preliminares.

5.1.3. Os serviços serão executados nas instalações físicas do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes e das OMAp subordinadas ao Com9ºDN sediadas em Manaus-AM e em cidades no interior da Amazônia Ocidental, localizadas nos endereços abaixo especificados:

5.1.3.1. Centro de Intendência da Marinha em Manaus – Rua Rio Itáquaí, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4680;

5.1.3.2. Comando do 9º Distrito Naval – Rua Bernardo Ramos – s/nº - Centro – 69005-310 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-2200 / 98802-0684;

5.1.3.3. Comando da Flotilha do Amazonas – Rua Rio Itáquaí, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4600;

5.1.3.4. Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - Rua Frei José dos Inocentes, 36 - Centro - 69005-030 - Manaus - AM - Telefone: (092) 2123-4900;

5.1.3.5. 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, Av. Abiurana, s/n – Mauázinho – 69075-010 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4700 / 98818-3207;

5.1.3.6. Centro de Hidrografia e Navegação do Noroeste – Rua Rio Itáquaí, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM - Telefone: (092) 2123-4623;

5.1.3.7. Estação Naval do Rio Negro - Rua Rio Itáquaí, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM - Telefone: (92) 2123-4500;

5.1.3.8. Policlínica Naval de Manaus – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 –Manaus-AM - Telefone: (092) 2123-4666 / 98802-1174;

5.1.3.9. 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste – Rua Rio Itaquai, s/nº – Vila Buriti – 69072-080 – Manaus-AM. Telefone: (092) 2123-4590 / 98842-2690;

5.1.3.10. Capitania Fluvial de Tabatinga – 88330 – Rua Duarte Coelho, 143 – Portobrás – 69640-000 – Tabatinga-AM;

5.1.3.11. Capitania Fluvial de Porto Velho – 88330 – Rua Henrique Dias 395 - Centro –78900-130 – Porto Velho – RO - Telefone: (69) 3224-6141.

5.1.4. Enquanto durar a vigência do contrato, os serviços serão realizados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário comercial das 08:00 horas às 16:00 horas, ou excepcionalmente em outro horário e/ou dia especial (sábados, domingo e feriados) que deverá ser comunicado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias.

5.1.5. A contratada deverá apresentar antes ou, no ato da primeira ordem de execução dos serviços, cronograma físico de execução dos serviços, sendo que, na hora e data marcadas, a contratada deverá estar na Organização Militar solicitante, com equipe habilitada e em número suficiente para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a administração.

5.1.5.1. O cronograma deverá ser elaborado em papel timbrado, devendo ser numerado sequencialmente, datado, assinado pelo signatário da Contratada em um prazo máximo de 5 dias úteis, para aprovação do Gestor/Fiscal do Contrato.

5.1.5.2. Deverá contemplar todos os serviços a serem executados e utilizar os preços propostos por ocasião da licitação, ser elaborado em papel timbrado da empresa contratada, devendo ser numerado sequencialmente, datado, assinado pelo signatário da contratada e fazer referência ao contrato celebrado; e

5.1.5.3. O cronograma aprovado somente poderá ser alterado com autorização do Fiscal do contrato.

5.1.6. A sede do contrato referente a este Termo de Referência, para todos os efeitos, será o Município da cidade de Manaus-AM.

5.1.7. A contratada deverá adotar procedimentos que garantam a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfetantes; toda a equipe deverá usar equipamento de proteção individual (EPI), de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador.

5.1.8. A Contratada deverá apresentar relatório inicial;

5.1.9. A Contratada emitirá relatório mensal completo, onde será observada a situação de todos os serviços em andamento com as tarefas cumpridas e por cumprir, informando a situação de cada serviço com dados sobre o andamento e impedimentos;

5.1.10. A Contratada deverá elaborar um relatório final onde deverão estar explicitados todos os resultados da execução dos serviços.

5.1.11. A Contratada deverá manter atualizada uma pasta que servirá como relatório dos serviços onde serão registradas e arquivadas todas as informações, bem como todos os documentos administrativos relativos ao serviço. Nesta pasta serão registradas todas as solicitações da Fiscalização e as providências adotadas pela contratada;

5.1.12. A Contratada deverá submeter-se às normas gerais adotadas pela MARINHA e por estar o serviço em local sob jurisdição militar, sujeitar-se às leis, normas e costumes especiais vigentes, tais como: uniforme, horário de trabalho, precauções contra acidentes, medidas especiais de segurança, vistoria e controle de pessoal, viaturas e objetos;

5.1.13. A Contratada é obrigada a retirar dos serviços qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da MB, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

5.1.14. Cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 e a regulamentação do art. 23 da referida lei (Decreto nº 2.134, de 24/01/1997). não permitindo a divulgação, bem como o fornecimento, de dados ou informações referentes aos serviços realizados, em atendimento ao contido no objeto do presente Termo de Referência, a menos que seja expressamente autorizado, por escrito, pelos Comandantes das Organizações Militares ou outra autoridade designada por estes.

5.2. A solicitação dos serviços será formalizada mediante Ordem de Serviço, conforme modelo anexo a este termo.

5.2.1. A CONTRATADA só poderá iniciar os serviços quando autorizadas pela CONTRATANTE, que ratificará ou retificará a Ordem de Serviço.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia contratual é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.20. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em anexo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes no IMR.

### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos 7relatórios e documentações apresentadas; e



7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.37. A presente contratação não permite antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

7.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

7.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, a partir da data da homologação.

7.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.43. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

7.44. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.45. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo "MENOR PREÇO".

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será empreitada por preço unitário .

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação e normatização correlata.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. 8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% [até 5%] do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Alvará sanitário de funcionamento, dentro da validade.

9.33.1. Será admitida a apresentação de alvará com prazo de validade expirado, desde que acompanhado de comprovante de solicitação de renovação tempestiva junto ao órgão competente, na forma da legislação aplicável.

9.33.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a licitante deverá apresentar o alvará sanitário vigente como condição para a assinatura do Termo de Contrato.

9.34. Registro ou inscrição no Conselho Regional competente, atestando regularidade de acordo com as normas vigentes, dentro da validade.

9.34.1. Poderá ser apresentada declaração de que o contratado possuirá, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, profissional responsável técnico registrado no Conselho Regional competente, fim atestar sua regularidade de acordo com as normas vigentes.

9.35. Licença Ambiental: Cópia da licença vigente expedida pelo órgão ambiental competente (Estadual ou Municipal), em nome da licitante e para o endereço de sua sede ou filial que executará o serviço, autorizando especificamente a atividade de Controle de Pragas e Vetores e/ou Saneamento Ambiental.

9.35.1. Será admitida a apresentação do documento com prazo de validade expirado, desde que acompanhado de comprovante de solicitação de renovação tempestiva junto ao órgão competente, na forma da legislação aplicável.

9.35.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a licitante deverá apresentar a licença ambiental vigente como condição para a assinatura do Termo de Contrato.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, A licitante deverá comprovar a execução de serviços de controle de pragas e saneamento, compatíveis em características com o(s) item(ns) em que pretender sagrar-se vencedora.

9.36.2. A comprovação de aptidão técnica será realizada mediante a apresentação de atestado(s) que contemple(m) o quantitativo mínimo de **30% (trinta por cento)** sobre o volume total do(s) item(ns) adjudicado (s), observando-se a unidade de medida correspondente (m<sup>2</sup> para controle de pragas e m<sup>3</sup> para serviços de saneamento/limpeza técnica).

9.36.3. Caso a licitante vença múltiplos itens de mesma natureza técnica, a comprovação da capacidade técnica deverá ser proporcional ao **somatório dos quantitativos** dos itens a ela adjudicados, permitindo-se o **somatório de atestados** para o alcance do índice exigido, nos termos do Art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

9.36.4. **JUSTIFICATIVA:** O percentual de 30% foi definido visando ampliar a competitividade do certame, considerando a elevada extensão das áreas previstas no Termo de Referência. Tal índice é suficiente para garantir que a futura contratada possua experiência operacional robusta, sem criar barreiras desproporcionais que pudessem restringir a participação de empresas qualificadas no mercado.

9.36.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.40. Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes:

9.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A33] .

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Valor (R\$): 10.468.662,52

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.468.662,52 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos no item 1 deste Termo de Referência.

10.1.1. Os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e demais documentos de suporte encontram-se em anexo.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação atenderá a dotação orçamentária indicada por ocasião da confecção da Nota de Empenho.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Não se aplica.

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

**ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_ (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o presente Pregão, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Manaus, Amazonas ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE PORTO DA SILVA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 11:09:32.

**FELIPE NUNES VIEIRA**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 08:46:32.

**ROBSON GOMES DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 10:09:50.*